

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

REGINA APARECIDA VIDOTTI VILELA

**CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO  
CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE VALORES**

MARINGÁ

2013

REGINA APARECIDA VIDOTTI VILELA

**CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO  
CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE VALORES**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Maringá, como  
requisito parcial obtenção do grau de  
licenciado em pedagogia.

Orientação: Profa. Dra. Maria de Jesus Cano  
Miranda

MARINGÁ

2013

REGINA APARECIDA VIDOTTI VILELA

**CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO  
CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: FORMAÇÃO DE VALORES**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. – Maria de Jesus Cano Miranda

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Dra. Maria de Jesus Cano Miranda

---

Professora Dra. Erica Piovam de Ulhôa Cintra

---

Professora Dra. Tânia dos Santos Alvarez da Silva

Aprovado em 06/11/2013

Dedico este trabalho a Deus, que me tem  
Abençoado, renovado minhas forças e ânimo, me agraciando com os  
dons do Espírito Santo. A todos que fizeram parte da minha vida,  
neste período tão importante, especialmente meu esposo e filhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre iluminar meus caminhos com as luzes do Espírito Santo, derramando sobre mim seus dons, me capacitando para enfrentar quatro anos de estudos e finalmente finalizar esse trabalho, permitindo que esse sonho se realize.

Ao meu marido e filhos, Elcio, Jaqueline e Murilo pela paciência e apoio e por compreenderem as muitas vezes em que, apesar de estar no mesmo espaço que eles ficaram sem a minha companhia, pois tinha um trabalho a realizar ou uma prova para estudar.

Agradeço a minha irmã Angelina, porque se não fosse por ela esse sonho não teria se realizado. Sua insistência para que eu tentasse prestar o vestibular. Acreditou em minha capacidade, quando nem eu mesma acreditei.

Não podia deixar de agradecer a meus pais, exemplo de vida, o alicerce da minha vida, a quem devo muito amor e gratidão. Sempre honestos, com simplicidade e sabedoria, foram os melhores professores em nossa vida, dedicaram suas vidas aos filhos, nos ensinando o que realmente vale a pena na vida.

A todas as integrantes da turma 01 do curso de Pedagogia de 2010, agradeço o companheirismo, amizade, momentos de estudos de risos e de aflição que passamos juntas, por terem contribuído e dividido saberes e vivências excepcionais que fizeram rica cada experiência vivida durante esses anos. Um agradecimento especial a Mariana pela ajuda nas dificuldades nesses quatro anos de estudos. E como não agradecer às minhas amigas que aprendi amar, por tudo o que vivemos juntas, durante esses quatro anos. Confesso que já sinto saudade de vocês, Anna Karla, Gisele, Nayara, Patrícia e Thaís. Nunca se esqueçam de que amo cada uma de vocês.

E finalmente agradeço a todos os professores que passaram pela minha vida, passaram não, fizeram parte dela. Às professoras que me ajudaram na realização desse trabalho com indicações de referências e com empréstimo de livros, Maria Angélica Francisco Olivo Lucas e Sonia Negrão. As professoras que aceitaram fazer parte da banca de defesa desse TCC, Erica e Tânia.

E especialmente agradeço a minha querida orientadora, Professora Dra. Maria de Jesus Cano Miranda, primeiramente por aceitar me orientar, pela dedicação, atenção, paciência e empenho, sempre pronta para contribuir sabiamente para a elaboração e conclusão deste trabalho.

VILELA, Regina Aparecida Vidotti. **Contação de História na Educação Infantil no contexto da escola inclusiva: formação de valores.** 2013. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Maringá.

### **RESUMO**

Este estudo da área da educação tem como foco a análise das práticas de contação de histórias para a criança pequena. O objetivo principal foi estudar sobre as contribuições da prática da contação de história, como fator de promover formação de valores nos alunos da Educação Infantil incentivando, assim, a inclusão de crianças que apresentam deficiência nesse nível de ensino e como objetivos específicos, apresentar a análise de um livro de Literatura Infantil que pode ser explorado na contação de histórias para crianças da Educação Infantil, a fim de auxiliar na transmissão de valores, bem como entender o movimento do processo de inclusão de crianças com deficiência no ensino regular, e compreender os princípios que fundamentam e norteiam a implantação desse movimento e apresentar breves considerações sobre a formação de professores para atender na Educação Infantil. Os fundamentos que embasam esta pesquisa estão alicerçados nos pressupostos defendidos por Vygotski que considera a importância da interação da criança com o meio social, para o seu desenvolvimento e aprendizagem e também em autores que estudam o recurso da contação de história para os pequenos como estratégia para formação de valores. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujos procedimentos metodológicos envolvem a revisão da literatura e a análise de uma obra literária que aborda a temática da diversidade e a formação de valores para aceitar os diferentes. Os resultados deste estudo ressaltaram a importância da contação de história na Educação Infantil, para o desenvolvimento intelectual, cognitivo e afetivo da criança, além de sua relevância para a formação de valores. Conclui-se que a contação de história é um recurso útil e importante para o trabalho pedagógico, promovendo a aceitação da diversidade, realidade implícita nas instituições de ensino, especialmente da inclusão de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Inclusão Escolar. Contação de História.

VILELA, Regina Aparecida Vidotti. **Telling Stories on preschool in the context of inclusive sholl: values formation.** 2013. 54 f. Completion of course work (Undergraduate Education) - University of Maringá.

### **ABSTRACT**

This study about the area of education has as its focus the analysis of practices of telling stories to little children. The main objective was to study about the contributions of the practice of telling stories, as a factor to promote the values formation at students from preschool motivating, that way, the inclusion of children that presents deficiency on that level of education and as specific objectives, to present the analysis of a children's literature book that can be used on telling stories to children at preschool, in order to assist the transmission of values as well as to understand the movement of inclusion process of children with deficiency at regular education, and to understand the principles that grounds and leads the introduction of this movement and to present short considerations about the formation of teachers to serve on preschool. The foundations that base this search are based on hypothesis defended by Vygotski that considers the importance of children's interaction with the social circles, for their development and learning and also in authors that study the resource of telling stories to little children as strategy to values formation. It is a bibliography research, which methodology procedure involve in literature revision and the analysis of a literature work that deal with the subject matter of diversity and values formation to accept the different. The results of this study pointed out the importance of telling stories at preschool, for the intellectual, learning and affective children's development, besides its importance to values formation. It's possible to conclude that telling stories is a useful and important resource for the pedagogic work, promoting the accept of diversity, hidden reality on educational institutions, especially the inclusion of children with deficiency at regular education schools.

**Key words:** Preschool. School Inclusion. Telling Stories

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 O MOVIMENTO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES.....</b>	<b>14</b>
<b>3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>21</b>
<b>4 A CONTRIBUIÇÃO DA CONTAÇÃO DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA.....</b>	<b>28</b>
<b>5 CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DE VALORES.....</b>	<b>36</b>
<b>5.1 Apresentação e análise do livro.....</b>	<b>37</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Experiências proporcionadas na realização dos estágios obrigatórios, do curso de Pedagogia (UEM), possibilitaram a observação sobre a prática de contação de história e a constatação de que esse recurso pedagógico raramente é utilizado na Educação Infantil e quando acontece o seu uso é para conter a turma, percebe-se uma lacuna na ação pedagógica. Desta forma foi possível observar durante os estágios realizados na Educação Infantil que a contação de história neste nível de ensino, não é um recurso explorado devidamente. Da mesma maneira os estágios da primeira etapa do Ensino Fundamental I evidenciaram o desinteresse dos alunos frente à leitura de livros não obrigatórios, ou seja, Literatura Infantil, atitude esta, decorrente talvez da ausência de estímulo na modalidade anterior.

Durante o processo de formação de Pedagogo, percebe-se o quanto é importante o incentivo do professor com as crianças, no que se refere à contação de história, mesmo aquelas que ainda não sabem ler, a fim de que despertem a fantasia e favoreçam o desenvolvimento. Segundo Coelho (2000, p. 34, grifo da autora) “[...] **sem texto escrito** ou com textos brevíssimos, que podem ser lidos ou dramatizados pelo adulto, a fim de que a criança comece a perceber a inter-relação entre o **mundo real** que a cerca e o **mundo da palavra** que o nomeia.”

Sabendo que a leitura é uma atividade estritamente humana, uma habilidade a ser adquirida desde cedo, entende-se que por meio de uma ação prática mediadora, do professor com seus alunos, as funções psicológicas podem ser desenvolvidas. A ação pedagógica consciente pode proporcionar experiências significativas na formação da criança, assim como destaca Rego (1995, p. 62):

[...] na perspectiva vygotskyana o desenvolvimento das funções intelectuais especificamente humanas é mediado socialmente pelos signos e pelo outro. Ao internalizar as experiências fornecidas pela cultura, a criança reconstrói individualmente os modos de ação realizados externamente e aprende a organizar os próprios processos mentais.

Há que se considerar que a criança constitui-se em um meio social, dessa forma entra em contato com a linguagem escrita antes mesmo de entrar na escola, pois vivemos em um mundo repleto de signos, então, o estímulo à leitura pode ser feito desde os primeiros anos de vida, portanto esse processo deve iniciar na Educação Infantil.

Outro aspecto que se destaca na pesquisa, é a questão da legislação vigente, no país, sobre inclusão de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular, interesse que surgiu com a sugestão da professora orientadora, de que poderíamos explorar a utilização da contação de história na Educação Infantil com um propósito específico de formação de valores em crianças pequenas, promovendo uma convivência harmoniosa no ambiente escolar.

Neste sentido Miranda (2011) ao analisar as contribuições do pensamento de Vygotski<sup>1</sup> para a compreensão da aprendizagem e do desenvolvimento da criança destaca alguns apontamentos sobre como esse autor aborda essa questão:

Especificamente na pré-escola, registra Vygotski (1996) que as habilidades das crianças são expandidas por meio do uso do brinquedo, da imaginação, expressão corporal e da comunicação entre seus pares. Para o autor, a instrução bem como o brinquedo, a imitação são instrumentos que criam na criança a **zona de desenvolvimento proximal**, a qual permite à criança elaborar habilidades, desenvolver capacidades e conhecimentos socialmente disponíveis que serão, aos poucos, internalizados. Porém, é um processo que deve ter a participação dos adultos (professor) e dos companheiros mais experientes (MIRANDA, 2011, p. 61, grifo da autora).

Assim entende-se que o papel do professor, especialmente nessa modalidade de ensino, é fundamental para estimular o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, agindo como mediador entre o objeto de ensino e a criança. Ao longo da história da humanidade a educação vem sendo defendida como requisito fundamental para o desenvolvimento do homem. Nesse contexto a modalidade da Educação Infantil, que nasceu apenas com caráter assistencialista, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, é considerada como a “primeira etapa da educação básica” (BRASIL, 1996. p. 25) com isso, passa a ter um valor fundamental em todos os aspectos do desenvolvimento da criança.

Atualmente as crianças pequenas são atendidas em Centros de Educação Infantil, nos quais frequentam crianças de zero a três anos e de quatro e cinco anos. Entende-se que a especificidade da Educação Infantil é atender crianças nos anos iniciais de sua formação,

---

<sup>1</sup> A escrita do nome deste autor aparece de diferentes maneiras na literatura consultada, dependendo do idioma de publicação. Assim, na língua inglesa utiliza-se a grafia Vygotsky. Em espanhol, Vygotski. Em alemão, Wygotski. As edições traduzidas diretamente do russo para o espanhol adotam a grafia Vigotski (Cf. DUARTE, 2001, p.2). Neste trabalho, será adotada a grafia Vygotski, com o fim de padronizar sua escrita, embora nas referências sejam mantidas as grafias das obras citadas (MIRANDA, 2011, p.31).

portanto crianças que ainda não sabem ler nem escrever. Neste sentido é fundamental que se insira esses pequenos no mundo letrado, uma possibilidade favorável é por meio da prática de contação de histórias, com o objetivo de promover os primeiros contatos do futuro leitor com a literatura, em especial a Literatura Infantil.

Assim sendo, o propósito geral do presente trabalho é estudar como o estímulo à Literatura Infantil, por meio da contação de história, pode auxiliar na formação de valores de forma que proporcione melhores condições de aceitação do processo de inclusão das crianças que apresentam deficiências, bem como, entender como se dá a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular, e compreender os princípios que fundamentam e norteiam a implantação desse movimento.

Acompanhando esse processo de inclusão, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2002), o art. 6º que trata da construção do projeto pedagógico dos cursos de formação, o qual será discutido com maior ênfase em momento oportuno neste trabalho. Entende-se que a formação docente deve voltar a atenção para a diversidade e contemplar conhecimentos sobre as especificidades dos alunos. Neste sentido, os educadores devem procurar recursos pedagógicos a fim de cumprir o papel da escola destacado por Saviani (1991, p.23) “espaço [...] para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”.

É imprescindível lembrar-se da função específica da escola, dar oportunidade às crianças de conhecer e estabelecer uma relação prazerosa com o mundo das produções literárias e promover um pleno desenvolvimento no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, processo esse que se inicia de forma lúdica, porém organizada e sistematizada na modalidade de Educação Infantil.

Nesta perspectiva entende-se que a inclusão da criança com deficiência em escolas de ensino regular, poderá por meio da interação com outras crianças, facilitar seu processo de aprendizagem. Neste sentido Monteiro (1998, p. 75) destaca os estudos de Vygotski (1991) afirmando que: “[...] Através da inserção na cultura e da participação no processo de construção histórica, a criança portadora de deficiência assimila as formas sociais de atuação, as internaliza e interage como sujeito histórico.” Ainda com relação à inclusão da criança com deficiência em instituição de ensino regular, Monteiro (1998, p.77) apoiada pelos estudos da teoria de Vygotski (1991), destaca como papel da escola criar oportunidades de aprendizagem e interação, assim: “[...] A escola, espaço interativo por excelência, tem um importante papel

no desenvolvimento, oportunizando a interação social, impulsionando a aprendizagem, criando zonas de desenvolvimento proximal, propiciando as compensações às deficiências”.

Nessa perspectiva de inclusão no ensino regular, entende-se que as escolas precisam se adequar em todos os âmbitos, para atender as mais variadas formas de diversidade, especialmente às crianças com deficiência. Também as leis que orientam o trabalho do professor, estabelecem que esse deva sempre estar atento ao desenvolvimento, aprendizagem e socialização do aluno, para poder atender e participar de forma intensa nesse processo de construção, a fim de que a escola cumpra seu objetivo.

Neste sentido a Literatura Infantil pode ser um instrumento relevante no trabalho do professor, podendo ser utilizada com o objetivo de promover a inclusão de crianças com deficiência, além de auxiliar na construção do conhecimento. O trabalho com Literatura Infantil pode ser uma forma lúdica de apresentar às crianças a realidade do mundo que as cerca, para que o estudo tenha sentido para elas, assim como destaca Monteiro (1998) sobre os estudos de Vygotski (1991) a respeito da educação:

[...] Vygotsky sugere atividades que tenham sentido para a vida do aluno, relacionadas a jogos, ao trabalho, ao desejo, a vivência de uma linguagem viva, enfim, ato de aprender e de ensinar com significado e sentido. Assim, a educação da criança com necessidade especial, como a de qualquer outra, precisa estar voltada para o desenvolvimento das funções que ajudem o aluno a superar suas dificuldades, a formar uma concepção de mundo e, a partir dela, a aquisição de conhecimentos fundamentais para o entendimento das suas relações com a vida. (MONTEIRO. 1998, p. 78).

Desta forma entende-se que a mediação e dedicação do professor em elaborar práticas pedagógicas que despertem o interesse das crianças em aprender, são elementos fundamentais para a efetivação do processo de ensino aprendizagem. Ampliar as experiências dos alunos e apresentar-lhes informações diversificadas, explorar atividades lúdicas para instigar a curiosidade, facilitar a compreensão e, dessa forma, promover seu pleno desenvolvimento e ao mesmo tempo inculcar-lhes sentimentos de amor e respeito ao próximo.

Segundo as considerações de Coelho (2000, p. 43, grifo da autora), “[...] a literatura foi usada, desde as origens, como **instrumento de transmissão de valores**”. Sendo assim, pode-se considerar a contação de história um recurso imprescindível para o professor trabalhar transmissão de valores, especialmente no processo de inclusão de crianças com

deficiência, além de propiciar o seu desenvolvimento, ainda estimula que sejam bem recebidos pelos “amiguinhos”, em uma escola de ensino regular.

Neste primeiro capítulo do livro ‘Literatura Infantil: teoria, análise e didática’, a autora pontua alguns pressupostos para se elaborar um projeto de ensino da literatura, que ressaltam a responsabilidade da instituição de ensino e do educador. Também enumera algumas características que diferenciam as literaturas de um período tradicional e de tempos modernos. Esses dados, segundo Coelho (2000), são fundamentais para o educador que pretende trabalhar com Literatura Infantil. Ciente de que não restam dúvidas sobre a importância da prática de contação de histórias na Educação Infantil surgem questionamentos: quais as contribuições dessa prática para favorecer a inclusão de crianças com deficiência e desenvolver no grupo que a recebe sensibilidade humanizada, para acolhê-los bem? Como está ocorrendo o movimento de implantação da inclusão da criança que apresenta deficiência na escola regular segundo os resultados de pesquisas atuais e documentos oficiais? De que forma a Literatura Infantil pode auxiliar na formação de valores em todos os alunos de modo a favorecer o processo de inclusão de crianças que apresentam deficiências nessa modalidade de ensino?

A fim de tentar elucidar tais indagações foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo que, de acordo com Gil (2002), envolve um conjunto de atuação sistemática do pesquisador, em busca de respostas a questões prévias, atenta ao objeto de estudo, por isso não podem ser aleatórias. O método bibliográfico requer um planejamento, organização e procedimentos a serem seguidos para desenvolver uma pesquisa íntegra. A leitura do material selecionado deve ser sistematizada e criteriosa em busca de dados e informações neles contidos, que respondam ao questionamento da pesquisa, para posteriormente organizar a escrita dos resultados (GIL, 2002).

Os procedimentos metodológicos do presente trabalho envolvem desde uma revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais e estudos da literatura das áreas que abrangem este tema, tais como: movimento de inclusão, educação infantil e formação de professores como de autores que discutem a contação de histórias enquanto recurso que favorece o desenvolvimento da criança e a transmissão de valores, entre alguns destes estão: Abramovich (1997), Coelho (2000), Zilberman (2003) e Cademartori (1986). E, ainda, inclui, também, a análise de uma obra de Literatura Infantil que explora os principais aspectos abordados nesta pesquisa. A obra é denominada ‘Na minha escola todo mundo é igual’, escrito por Rossana Ramos (2004) com ilustração de Priscila Sanson. Vale salientar que para a revisão bibliográfica selecionou-se dissertações de mestrado, publicadas no banco de dados nacional

da CAPES<sup>2</sup> defendidas nos últimos três anos, seguindo o critério de seleção por palavras chave. Na primeira etapa foram selecionados cinco trabalhos com as palavras-chave: literatura infantil e inclusão e escola inclusiva e educação infantil. Posterior à leitura dos resumos dos trabalhos selecionados, permaneceram três dissertações que respondiam ao questionamento levantado, os quais as referências encontram-se em anexo neste trabalho.

Também foi realizado um levantamento no banco de dados do programa de pós-graduação em educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), não encontrando nenhum trabalho referente ao tema elencado acima.

Para melhor compreensão e acompanhamento da leitura, o trabalho está dividido em seis partes, que por sua sistematização estão articuladas entre si pelas diferentes formas de abordar o tema central. Assim, a segunda parte precedida da introdução apresenta uma abordagem do movimento de inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares, por meio de uma pesquisa qualitativa fazendo uso do método bibliográfico, apresentando alguns dos documentos que fundamentam o processo de inclusão.

Em seguida breves considerações a respeito da formação de professores para o atendimento na Educação Infantil; posteriormente discute-se a importância do ato de contar histórias na Educação Infantil para o desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo e social da criança, bem como analisando a possibilidade de utilizar a literatura com forma de inculcar valores na vida das crianças pequenas a fim de que aceitem com mais facilidade, em seu meio, a criança com deficiência, promovendo a harmonia, indispensável no contexto escolar. Em seguida procede-se a análise de uma obra de literatura infantil que trata do tema deficiência a fim de apreciar sua relevância no processo de inclusão, no espaço da Educação Infantil, e de que forma ela pode contribuir para o trabalho dos professores, na formação de valores em crianças pequenas, a fim de que as crianças sem deficiência recebam de boa vontade em meio, crianças com deficiência. Nesta perspectiva, a sugestão de recursos que poderão ser usados para auxiliar o professor no ato de contar histórias e aguçar a imaginação da criança. E por fim as considerações finais buscando articular a ideia principal levantada durante o processo de pesquisa e elaboração do trabalho.

---

<sup>2</sup> Em relação à fonte de dados, vale destacar que CAPES significa **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, trata-se de uma agência governamental, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". Hoje a CAPES desempenha papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas e atua na expansão e consolidação da pós-graduação, mestrado e doutorado, em todos os estados do país. A CAPES coloca à disposição de pesquisadores, para consulta, produção científica do país e do mundo, e divulga por meio do Portal de Periódicos, textos, resumos e documentos selecionados de Revistas Científicas e Bases de Dados.

## **2 O MOVIMENTO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES**

Para dar início à discussão a respeito do movimento de inclusão de crianças com deficiência na escola de ensino regular, primeiramente é necessário definir questões fundamentais para o surgimento do debate sobre a inserção de todos os alunos, mesmo os com deficiências severas. Segundo Brandão e Cecílio (2012) ao final da II Guerra Mundial, nascem as primeiras políticas sociais, devido à preocupação de muitos países com uma sociedade mais justa em que valores fundamentais deviam ser resgatados como a igualdade de direitos e o combate a qualquer forma de discriminação e no desdobrar dessas políticas destaca-se o atendimento às pessoas com deficiência.

Neste contexto foi elaborada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que preconiza o direito de todos à educação, o Artigo XXVI determina que “Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória” (ONU, 1948, p. 5). Assim inicia o movimento de escolarização para todos.

Neste sentido Miranda (2011, p. 151) enfatiza que a partir desse momento da história as pessoas com deficiência “passaram a ser vistas como cidadãos, com direitos e deveres de participação social, embora persistisse a ótica assistencial e caritativa e o viés da medicalização em sua educação”. Entretanto, sem um sistema educacional para atender esse público.

A inclusão de crianças que apresentam deficiência, no sistema regular de ensino, é um dos grandes desafios da escola brasileira na atualidade, ganhou força com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 208 Inciso III propõe que o “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p.42). A Educação Inclusiva tem permeado a política educacional e é resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores no Brasil e no mundo em face da demanda da globalização.

Tal discussão intensificou-se na década de 1990, com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990 da qual resultou a Declaração sobre Educação para Todos, reafirmando a determinação da Declaração Universal de Direitos Humanos. Esse documento serve como referência para a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

O Artigo III da Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990, p. 4) destaca a universalização e o acesso à educação e a promoção da equidade, traz o parágrafo cinco o qual determina que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Assim como a Conferência de Jomtien, a “Conferência Mundial sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais”, realizada na Espanha, no ano de 1994, tornou-se um marco relevante no processo de inclusão e atendimento a crianças com deficiências, em escolas de ensino regular, pois deu origem a um dos mais importantes documentos sobre a inclusão, a Declaração de Salamanca. (BRASIL, 1994). O referido documento resultado da Conferência Mundial de Educação Especial, cujo encontro aconteceu na Espanha no ano de 1994, dá ênfase às determinações da Declaração de Jomtien, assim:

Reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (BRASIL, 1994, p.1).

Essa Conferência teve a presença de representantes de 155 governos de diferentes países, com o patrocínio e financiamento de organismos internacionais: a Organização das Ações Unidas para a Educação (UNESCO); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e o Banco Mundial (BID) (BRASIL, 1994).

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) traz diversas indicações de como deve se organizar as instituições de ensino regular para receber as crianças que apresentam deficiências pautadas num princípio de igualdade de oportunidades e também direciona todo o trabalho de preparo docente, bem como o início dessa inclusão ser favorecida na Educação Infantil, fato que recomenda a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994, p. 12) decorreria na antecipação de um diagnóstico. Uma vez que “O sucesso de escolas inclusivas depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais.”

Desta forma entende-se que a Declaração de Salamanca (BRASIL,1994) foi elaborada com o objetivo de orientar os governos em relação a políticas públicas para educação especial, seu compromisso primordial criar ações para garantir o direito de educação a todos, especialmente crianças com deficiência, determinado em Leis citadas anteriormente, porém ainda não efetivadas assim como afirma esse trecho da Declaração:

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos (BRASIL, 1994, p. 1).

A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática na área das Necessidades Educativas Especiais (1994) além de constituir normas para orientar governos a respeito da organização educacional e atendimento a crianças com deficiência, em escolas de ensino regular, tal documento descreve dentre outros fatores importantes, o que deve ocorrer com a estrutura e o funcionamento da escola quando se trata de educação inclusiva e propõe que a matrícula de todas as crianças deve ser realizada em escolas comuns, desde que tenham práticas que atendam as necessidades de cada aluno (BRASIL, 1994).

Essas conferências evoluíram os países num contexto mundial, com relação ao Brasil, ao aceitar às deliberações desses documentos, firma um compromisso de trabalhar com o intuito de atingir os objetivos estabelecidos nas Declarações de Jomtiem (1990) e de Salamanca (1994), nesse sentido Aranha (2005) enfatiza que:

Ao concordar com as recomendações contidas nesses dois importantes documentos, e ao fazer delas seu compromisso, o Brasil sinalizou que estava pronto para promover novo avanço na relação com seus cidadãos com deficiência (ARANHA, 2005, p. 8).

Neste sentido houve a elaboração de um documento norteador para o Brasil no processo de inclusão de crianças que apresentam deficiência é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 9.394 de 1996 do artigo 58 ao 60 asseguram que os alunos com deficiência devem ser atendidos em escolas de ensino regular e delimitam como deve se

organizar a escola a fim de receber essas crianças em seu interior, para que ocorra inclusão, assim determina o art 58 da LDBEN/96:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 21).

Entende-se que a Educação Infantil é a fase inicial de escolarização, que deve ser ofertada ao aluno com deficiência, para que isso ocorra é necessário dar a ele condições de matrícula e permanência em todas as modalidades de ensino regular. Outra orientação da LDBEN (BRASIL, 1996) é para que haja adaptação da escola e do currículo, a fim de atender as necessidades das crianças com deficiência em suas especificidades, reafirmando a determinação da Declaração de Salamanca, citada anteriormente. A criança com deficiência deve ser atendida desde a Educação Infantil. Há a necessidade de que professores do ensino regular estejam capacitados para a inclusão dos alunos com deficiência em classe comum. O atendimento especializado deverá ser realizado em classes, escolas ou serviços especializados sempre que não for possível a inclusão do aluno em classe comum, devido alguma condição específica do aluno (BRASIL, 1996).

Enfim a LDBEN (BRASIL, 1996) determina que a educação para criança com deficiência deva ser oferecida em escola de ensino regular em todas as modalidades de ensino, promovendo a inclusão dessas crianças e também garantindo o atendimento especializado de apoio quando necessário. Nesse contexto, foram elaboradas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), documento sugerido pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação que fosse encaminhada a todos os sistemas de ensino do Brasil a fim de “[...] contribuir para a normatização dos serviços previstos nos Artigos 58, 59 e 60 do capítulo V, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN” (BRASIL, 2001, p.8).

Segundo determinação das Diretrizes as instituições de ensino regular devem matricular todos os alunos com deficiência, com a alegação de que “[...] O convívio escolar

permite a efetivação das relações de respeito, identidade e dignidade” (BRASIL, 2001, p. 26). Vale ressaltar que, o documento das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial determina que:

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Art 7º O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns de ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade de Educação Básica. (BRASIL, 2001, p. 69-71).

Nesta perspectiva, nota-se que os artigos 2º e 7º das Diretrizes (2001) reafirmam a determinação da LDBEN (BRASIL, 1996) de que o atendimento de crianças com deficiência deve ser feito em escolas regulares e organizadas de forma que sejam adaptadas para atender cada criança de acordo com sua deficiência.

Em complemento a essa determinação de inclusão, o Art 8º, inciso II das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) assim como o Art 59 da LDBEN (1996) determinam que o atendimento às crianças com deficiência seja realizado por professores capacitados e especializados, assim especificados no Art. 18, parágrafo 2º das Diretrizes:

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolvem competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, adequados ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001, p.78).

Segundo esse mesmo documento, a proposta das Diretrizes (BRASIL, 2001, p. 28) para a política educacional, a fim de que favoreça a inclusão, “[...] deve centrar seu foco de discussão na função social da escola.” Outro aspecto, de relevância para o processo de inclusão, abordado nas Diretrizes (BRASIL, 2001) é a produção do projeto pedagógico da escola que deve reconhecer a realidade educacional local, planejar e executar ações que favoreçam o processo de aprendizagem.

A trajetória da educação especial no Brasil contou com a implantação de diversos documentos que servem como referência para ações que assegurem a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular. Em 2004 o ministério público apresentou um referencial para a organização de sistemas educacionais inclusivos trata-se do O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular (BRASIL, 2004). Devido o argumento utilizado por escolas quanto às dificuldades em receber alunos com deficiência, especialmente em casos mais severos, os responsáveis pela elaboração desse documento abordaram as seguintes questões:

- a) informações referentes a aspectos jurídicos e educacionais;
- b) orientações pedagógicas que demonstram não só a viabilidade de se receber na mesma sala de aula TODAS as crianças e jovens, mas o quanto qualquer escola, que adote esses princípios inclusivos, pode oferecer educação escolar com qualidade para alunos com e sem deficiências. (BRASIL, 2004, p. 5).

O estudo realizado para a elaboração deste documento traz discussões relevantes sobre o tratamento dispensado às pessoas com deficiência antes do movimento de inclusão e aponta sugestões para o trabalho de inclusão. Também trata da responsabilidade de órgãos relacionados à educação, ou seja, Ministério da educação, Conselhos de educação, e secretarias de esferas administrativas, em emitir diretrizes para a Educação Básica em seus respectivos âmbitos, considerando a Constituição Federal de 1988, LDBEN 9.394/96 e as Declarações resultantes das conferências mundiais citadas anteriormente.

Em conformidade com os outros documentos elaborados em anos anteriores O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular (BRASIL, 2004) determina orientações adequadas e suficientes para que as escolas em geral recebam com qualidade a todas as crianças e adolescentes com ou sem deficiência. Neste sentido esse parágrafo do documento especifica como deve ser o atendimento aos alunos com deficiência mesmo as mais severas, e preconiza o benefício da convivência entre elas. Assim:

Além disso, os conteúdos escolares que esse aluno não conseguir aprender numa escola que lhe proporcione um ambiente desafiador e que adote as práticas de ensino adequadas à heterogeneidade das salas de aula, provavelmente não serão aprendidos em um ambiente segregado de ensino. Por outro lado, nada impede que esse aluno severamente prejudicado receba atendimento educacional especializado, como complemento e apoio ao seu processo escolar na escola comum. Os demais alunos, sem deficiência, para conviverem com naturalidade em situações como essas, devem se

necessário, receber orientações dos professores sobre como acolher e tratar adequadamente esses colegas em suas necessidades. Certamente todos serão beneficiados, tanto no aspecto humano como pedagógico com a presença desses alunos nas turmas escolares (BRASIL, 2004, p. 22).

Nessa perspectiva o excerto acima atende ao tema do trabalho em questão com relação a contação de história na Educação Infantil no contexto de inclusão. Entende-se que tudo o que é novo atrai a curiosidade dos seres humanos, especialmente das crianças, nesse aspecto a apresentação das diversas deficiências com a utilização da Literatura Infantil pode ser um recurso relevante para o ensino de valores, que pode colaborar para o convívio de crianças com e sem deficiência, e ao mesmo tempo, auxiliar no processo ensino aprendizagem. Em conformidade com esses pressupostos Miranda (2011, p. 154) explicita:

[...] o atendimento especializado deve ser ofertado desde a Educação Infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa fase, pode-se explorar as situações de ludicidade, acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização e autoestima da criança.

Assim, o movimento de inclusão educacional se fortalece no Brasil, e nos anos seguintes são implementadas outras iniciativas com o intuito de instituir uma legislação específica e propostas de ação pedagógica para que a inclusão das crianças com deficiência nas escolas de ensino regular se confirme com qualidade. Na próxima seção apresentaremos os pressupostos para a formação de professores para atendimento à crianças com deficiência inseridas nos Centros de Educação Infantil.

### **3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Um dos aspectos abordados pelo documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” (BRASIL, 2004), citado em momento anterior, tem relação com os cursos de formação de professores, os quais devem oferecer subsídios para preparar esses profissionais, de forma que possam prestar atendimento educacional especializado e mediar a convivência entre crianças com e sem deficiência, em uma classe de escola regular.

A partir da promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 42) que determina o atendimento educacional a crianças até 5 anos, muda o caráter das instituições até esse momento dedicada apenas ao cuidado, “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

Além dos cuidados que devem ser dispensados às crianças pequenas, essa determinação da Lei é um marco para que se inicie a preocupação com o pedagógico. Assim Gomes (2009, p.53) destaca que “[...] a educação infantil, qualificada como primeiro degrau da educação básica, sugere desafios a ser enfrentados pelas instituições.” Entretanto, para garantir o respeito aos direitos da infância e dos educadores, como adverte Gomes (2009, p. 55) as educadoras precisam ter acesso a espaços de aprendizagem contínuos.

Para que uma educadora organize um trabalho educativo fundamentado em processos culturais, de desenvolvimento e aprendizagem adequados às crianças pequenas, revela-se indispensável que ela própria tenha acesso a espaços de aprendizagem, de reflexões e de pertença por meio de uma postura contínua de aprendiz, que resultará, conseqüentemente, em modos análogos de ver-se em determinada cultura, de desenvolver-se, de ensinar e de aprender (GOMES, 2009, p. 55).

O professor é o mediador do processo ensino aprendizagem e seu trabalho na educação infantil é determinado na Proposta das Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em cursos de nível superior (MEC, 2000) como incumbência principal a organização de atividades que favoreçam o aprendizado das crianças:

- organizar situações de aprendizagem adequadas a crianças de quatro a seis anos a partir da compreensão de que vivem um processo de ampliação de experiências com relação a construção das linguagens e dos objetos de conhecimento, considerando o desenvolvimento, em seus aspectos afetivo, físico, psico-social, cognitivo e linguístico.
- planejar pedagogicamente a educação infantil, elegendo conteúdos a ensinar e suas didáticas, gerenciando o espaço escolar na educação infantil, levando em conta o desenvolvimento e aprendizagem específicos nas faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos;
- trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais, na perspectiva da inclusão (MEC, 2000, p. 73).

Nesta perspectiva, os cursos de formação de professores para atuar na Educação Infantil, devem prepará-los para explorar atividades que proporcionem o desenvolvimento das crianças, desde a mais tenra idade, em todos os aspectos e não apenas dedicar-se a cuidados, que apesar de ser extremamente necessários, não pode ser o único objetivo. De acordo com Gomes (2009, p. 42) a formação de professores deve buscar a superação do assistencialismo.

A formação de professores ocorre em contextos específicos e em condições determinadas. Pensar a educação de crianças pequenas envolve não só considerar a travessia dos profissionais de creches para a área da educação e o processo de profissionalização docente levado a efeito pelas instituições formadoras sem descaracterizar as histórias, as experiências até então existentes de educação e cuidados, mas também buscar a superação dos assistencialismos e objetivar a garantia dos direitos da infância, assim como dos educadores.

Dentro desse contexto, o estágio na formação de professores se caracteriza em um período prático de aprendizado profissional, no campo escolar, permitindo que o estagiário tenha contato com a realidade, esse momento é essencial para o processo de formação docente. Com relação a essa aprendizagem Gomes (2009, p. 74) destaca que:

No cenário das perspectivas de formação baseadas na reflexão, o estágio entendido como ação de prática de ensino e/ou acesso à realidade educacional presente nas instituições de educação ou nos sistemas de ensino configura-se como uma atividade de relação entre teoria e prática e uma estratégia de trabalho coletivo em cursos de formação universitária.

O período de estágio, no curso de formação de professores, proporciona ao profissional em formação a necessária articulação entre teoria e prática, observando o cotidiano da Educação Infantil. O estagiário de posse do conhecimento teórico é capaz de observar e identificar situações do campo de estágio, que necessitem de intervenção, e buscar alternativas. Dessa forma, o trabalho educativo com crianças pequenas pode ser realizado com qualidade.

A Educação Infantil como modalidade de ensino é importante para o início do processo educacional, com a garantia às crianças do direito de aprender e de se desenvolver, assim sendo deve ser o início da inclusão escolar como determinam as Diretrizes da Política Nacional:

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. (MEC, 2008, p. 16).

Nesta perspectiva, a que se considerar que o processo de aprendizagem na Educação Infantil deve se dar, de forma diferenciada, pois a criança pequena requer olhar atento e ações comprometidas e articuladas por parte dos adultos que com elas convivem, especialmente quando se trata de trabalho com crianças com deficiência, nesse sentido a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008, p. 17) estabelece que:

[...] Para atuar na educação especial o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns de ensino regular, nas salas de recurso, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares para a oferta dos serviços e recursos da educação especial.

Um dos principais requisitos abordados nos documentos que tratam da educação de crianças com deficiência é a qualidade no atendimento, neste sentido, o documento

denominado O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular (BRASIL, 2004) ressalta um ponto determinante para que o processo de inclusão se efetive, a capacitação dos professores em diversas áreas de deficiência. Outro fator de relevância é com relação ao atendimento individual das crianças com deficiência, pois, cada um tem sua especificidade, assim como explicita o documento em questão.

[...] é importante ressaltar que não existem receitas prontas para atender a cada necessidade educacional de alunos com deficiência que a natureza é capaz de produzir. Existem milhares de crianças e adolescentes cujas necessidades são quase únicas no mundo todo. Assim, espera-se que a escola, ao abrir as portas para tais alunos, informe-se e oriente-se com profissionais da Educação e da Saúde sobre as especificidades e instrumentos adequados para que aquele aluno encontre ali um ambiente adequado, sem discriminações e que lhe proporcione o maior e melhor aprendizado possível. (BRASIL, 2004, p. 29).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio Aranha (2005, p. 12) explicita que, “Cada um de nossos alunos tem sua história de vida, sua história de aprendizagem, suas características pessoais e suas necessidades específicas!” A autora ainda destaca que o professor ciente dessas diferenças deve buscar a melhor forma de ensinar o conteúdo e motivá-los para a aprendizagem. Ainda com relação a diferença entre indivíduos, Miranda (2011, p. 147) destaca que:

[...] educar para a diversidade requer uma cultura que combata as desigualdades, que garanta um tratamento educativo que contemple a realidade de cada aluno e considere a expressão da diversidade de cada indivíduo e seus interesses, princípios estes defendidos pelo movimento da escola inclusiva dos dias de hoje.

Nesta perspectiva, é primordial por parte dos professores, a apropriação de conhecimentos didáticos e práticas de ensino que considerem a diferença dos alunos, respeitando suas especificidades e combatendo a discriminação. A mediação do professor, bem preparado para lidar com a diversidade relacionada a crianças com deficiências, que podem vir a se matricular em escolas de ensino regulares, pode garantir o sucesso do processo de inclusão educacional.

A este respeito, no ano de 2002, foram formuladas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores na Educação Básica (BRASIL, 2002) que determina as instituições de ensino superior formar docentes capazes de trabalhar com alunos que apresentam deficiência na perspectiva da inclusão, como consta no parágrafo 2º do Art 6º que trata da construção do projeto pedagógico dos cursos de formação docente:

A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

I - cultura geral e profissional;

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;

III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;

IV - conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;

V - conhecimento pedagógico;

VI - conhecimento advindo da experiência (BRASIL, 2002, p. 2).

O inciso II deste parágrafo define que o docente deve ter conhecimento da especificidade da criança com deficiência que estará incluída na escola regular. No sentido de garantir a inclusão e permanência das crianças com deficiência nas escolas básicas, outra iniciativa foi a criação do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, esse projeto teve início em 2003 com o I Seminário Nacional Formação de Gestores e Educadores realizado em Brasília, com o objetivo orientar os dirigentes estaduais e municipais, para a continuidade das ações do Programa a fim de alcançar, em 2005, a fase da consolidação e afirmação da proposta de educação inclusiva, visando atingir a meta de “educação para todos” (BRASIL, 1990) promovendo a inclusão em todos os municípios brasileiros, neste sentido o programa tem o seguinte objetivo:

O objetivo é a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares (MEC, 2005, p. 9).

Participaram do I Seminário Nacional, dirigentes de educação especial de todos os estados e Distrito Federal, com o intuito de melhorar a formação de gestores e educadores e promover a disseminação do projeto por todo o país. Na região sul do Brasil, a cidade de Maringá foi um dos municípios-polo representados no Seminário com a incumbência de redistribuir o projeto para outros 64 municípios. O documento citado traz ainda alguns conceitos utilizados na educação especial de acordo com o censo escolar destacando as características que identificam algumas deficiências.

Neste sentido entende-se que o ator principal para que se cumpra a função da escola é o professor, desde que bem preparados, podem trabalhar na formação e desenvolvimento de todas as crianças, em conformidade com a determinação das Diretrizes (BRASIL, 2002) Aranha (2005, p. 19) destaca que:

Aos professores, por sua vez, cabe atuar, em cooperação, compartilhando o conhecimento de que dispõem, para responder e atender às necessidades educacionais de todos os alunos, inclusive às dos alunos com deficiência garantindo-lhes o acesso e permanência nos sistemas de ensino.

Além do preparo dos professores a implantação de políticas e ações é imprescindível para o acesso e permanência de alunos com deficiência nas escolas comuns assim como especifica o capítulo IV da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que trata do objetivo:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (MEC, 2008, p. 14).

Ainda sobre o atendimento educacional especializado, às crianças com deficiência, nas escolas de ensino regular esse mesmo documento estabelece que este deva acontecer em todas

as etapas e modalidades da educação básica. Neste sentido, percebe-se que não basta boa vontade e preparo humano para a efetivação da inclusão é necessário criar condições, política, social e econômica que garanta a infraestrutura física e humana da instituição, para receber alunos com deficiência e garantir sua permanência e a continuidade de seus estudos, assim como determina a legislação brasileira sobre inclusão educacional.

Em meio ao contexto de mudanças na sociedade e conseqüentemente no sistema educacional, em que a legislação brasileira apresenta grandes avanços no processo de inclusão de crianças com deficiência, ainda se nota no âmbito escolar e no dia a dia das pessoas em geral, a ausência de valores e a dificuldade para a sensibilidade com o diferente. Dessa forma, entende-se que a contação de história na Educação Infantil, pode ser um importante recurso para a formação da criança. Então no capítulo a seguir procuramos apresentar, com base em estudiosos da Literatura Infantil, as contribuições da contação de história para o desenvolvimento das crianças em aspectos cognitivos e afetivos, além da formação de valores.

## 4 A CONTRIBUIÇÃO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Ao se falar em contação de histórias na formação integral da criança, em especial na formação de valores, primeiramente é necessário conhecer mesmo que brevemente a origem da literatura, e como esta passou a ser criada para o público infantil, como eram as primeiras narrativas e as atuais, os diversos livros e recursos utilizados na literatura para crianças.

A Literatura Infantil é um gênero textual relativamente novo, os primeiros livros destinados para crianças surgiram na Europa, no final do século XVII e, durante o século XVIII. Segundo Zilberman (2003) a preocupação com uma faixa etária diferente da dos adultos, veio com as mudanças que se dava na sociedade, surgia um novo modelo de família, e também a preocupação de manter sua privacidade e estimular o afeto entre seus membros, ou seja, a Literatura Infantil surge atrelada à preocupação com o desenvolvimento moral.

Esta nova valorização da infância gerou maior união familiar, e também um controle do desenvolvimento intelectual da criança e manipulação de suas emoções, segundo Zilberman (2003, p. 23) “[...] a escola participa do processo de manipulação da criança, conduzindo-a ao respeito da norma vigente [...]” e a literatura infantil, tem um papel essencial nesta nova sociedade, o de criar novos hábitos e transmitir valores às crianças. Para Cademartori (1986, p.19) a literatura infantil apresenta alta intensidade “de elementos formativos e informativos” e propicia a reorganização das percepções do mundo, possibilitando novas experiências para as crianças, apresenta novos modelos e proporciona o desenvolvimento do senso crítico.

Neste sentido Coelho (2000) também destaca que a literatura oral ou escrita foi transmitida por gerações, comunicando heranças, que modificaram modos de vida, e remete a transformações pelos valores herdados. Coelho (2000, p. 43, grifos da autora) a define como “[...] **a linguagem da representação, linguagem imagística** que, como nenhuma outra, tem o poder de concretizar o abstrato (e também o indivisível), através de comparações, imagens, símbolos, alegorias, etc.”

Quanto às primeiras criações de literatura infantil no Brasil, Zilberman (2003, p. 144) aponta que “[...] advêm da mesma preocupação que norteou o início da literatura infantil no Ocidente: tratava-se de dotar o jovem com textos condizentes com suas necessidades de formação”. A autora destaca que no início da introdução dessa nova modalidade literária na formação humana, eram feitas adaptações de contos europeus e também a edição de livros de “natureza didática” com o objetivo de introduzir valores e normas de conduta. O rompimento

da dependência dos padrões literários europeus se deu com Monteiro Lobato, em sua criação valoriza o ambiente local e a tradição folclórica nacional. Assim como destaca Zilberman (2003, p. 147):

No Brasil, deu-se por muito tempo o transplante da tradição estrangeira, visto que as narrativas de cunho oral não receberam atenção similar, mesmo durante a vigência de movimentos literários de cor nacionalista, como o Romantismo, o Regionalismo, ou o Modernismo. Foi Monteiro Lobato quem procurou incorporar esse acervo às histórias, pelo aproveitamento de certas personagens, fantásticas, como o Saci Pererê, históricas, como Hans Staden, por exemplo, e dos relatos populares; daí a presença do ciclo das lendas relativas às onças ou ao jabuti, entre outras.

Não se pode deixar de citar o fator pedagógico de suas obras, Zilberman (2003, p.147) afirma que “[...] Lobato sempre teve em mente a formação de seu leitor, visando dotá-lo de uma certa visão do real e da circunstância local, assim como de uma forma de conduta”. A literatura sempre foi utilizada para fins educativos, assim como citado anteriormente, de forma oral ou escrita transmitindo valores e modificando modos de vida.

Segundo Zilberman (2003, p.170); “O contato com a literatura infantil se faz inicialmente por seu ângulo sonoro: a criança ouve histórias narradas por adultos, podendo eventualmente acompanhá-las com os olhos na ilustração”. São muitos os benefícios proporcionados pelo convívio com o texto narrativo, ouvir histórias ou lê-las além de despertar a imaginação, favorece o desenvolvimento da linguagem.

A criança que tem oportunidade de ouvir e ler muitas histórias aprende a se comunicar e se relacionar com outras crianças, essa pode ser considerada uma prática importante para a socialização da criança. Segundo Abramovich (1997) ouvir histórias permite que a criança aprenda e tenha visão ampliada e obtenha uma concepção de mundo.

Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo (ABRAMOVICH, 1997, p. 16).

Entende-se que se a Literatura Infantil pode proporcionar à criança um amplo desenvolvimento, além de contribuir para o aprendizado, desperta o prazer pelo ato de ler,

para Zilberman (2003) a Literatura Infantil tem um caráter formativo e a possibilidade de partilhar da função da escola de formação do indivíduo.

Preservar as relações entre a literatura e a escola, ou o uso do livro em sala de aula, decorre de ambas compartilharem um aspecto em comum: a natureza formativa. De fato, tanto a obra de ficção quanto a instituição de ensino estão voltadas a formação do indivíduo ao qual se dirigem (ZILBERMAN, 2003, p.25).

Neste sentido, entende-se que a contação de histórias é uma atividade necessária e indispensável no processo de desenvolvimento da criança, pois auxilia na formação humana e, por isso, deve ser valorizada e desenvolvida no meio escolar. Também Coelho (2000, p.15) afirma que “A literatura, em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação [...]”. Assim a Literatura Infantil contribui para que as crianças incorporem valores sociais que as insere em sua realidade, pois incluem situações da história com suas próprias vivências, Lucas (2011) destaca que a literatura pode desempenhar funções a serem exploradas pela escola.

Podemos elencar diversas funções para a literatura infantil, entre elas as de informar, educar, entreter, persuadir, comunicar, e expressar uma opinião ou ideia. Também aprimora a capacidade do indivíduo expressar-se, oralmente ou por escrito, e de relatar suas experiências, contar uma história ou simplesmente, ao chegar em casa, contar como foi o seu dia (LUCAS, 2011, p.100).

Ouvir histórias, como elenca Lucas (2011), pode favorecer o desenvolvimento da linguagem oral ou escrita, neste sentido também Abramovich (1997, p.23) afirma que, “O OUVIR HISTÓRIAS PODE ESTIMULAR o desenhar, o musicar, o sair, o ficar, o pensar, o teatrar, o imaginar, o brincar, o ver o livro, o escrever, o querer ouvir de novo (a mesma história ou outra)”. Desta forma entende-se que a contação de histórias é um meio importante que pode ser utilizado para a formação de um indivíduo, pois permite ao ouvinte antecipar emoções que vão sentir ao longo da vida, assim como destaca essa mesma autora:

É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a

insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve – com toda amplitude, significância e verdade que cada uma delas fez (ou não) brotar... Pois é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário! (ABRAMOVICH, 1997, p.17).

Esse enxergar com os olhos do imaginário citado por Abramovich (1997), pode ser entendido como a possibilidade de a criança, ser conquistada por uma relação prazerosa com a história infantil, misturando sonhos, fantasia e imaginação. Ouvir história é vivenciar os fatos vividos pelas personagens e desenvolver a imaginação, a linguagem, memória, o gosto pela leitura e outras habilidades humanas, além dessa ação colaborar para o processo de aprendizagem e socialização.

Com relação à capacidade de permitir a socialização das crianças a contação de histórias na Educação Infantil abre para a possibilidade de que as crianças se envolvam com a história e interajam entre si, por meio desse recurso pedagógico encantante. Contar história é um meio muito eficiente de transmitir uma ideia, de levar novos conhecimentos e ensinamentos. Segundo Chaves (2008, p. 79) “todas as ações realizadas nas unidades educativas são pedagógicas, [...] sejam intencionais ou não, integram o conjunto de elementos que contribuem para a formação da criança”. Compartilhando dessa mesma ideia Dohme (2010, p. 29) afirma que:

Todas as histórias contribuem de uma forma ou de outra para a educação, porém diferenciam-se quanto a intensidade e características. Algumas desenvolvem a imaginação, outras o senso crítico, por exemplo. O mesmo se dá com a questão de valores. É preciso destacar os aspectos éticos de cada história para poder enfatizá-los na sua adaptação e narração.

Assim contar histórias é uma ação pedagógica importante na Educação Infantil. A narração para crianças pequenas envolve todas as oportunidades de interação que a mesma tem com seu mundo de imaginação, sendo que ouvir ou ler histórias, de diferentes modos, oportuniza apreender melhor a realidade, entretanto não é de qualquer jeito que se conta uma história, e nem qualquer história que pode ser contada, segundo Abramovich (1997, p. 20):

O critério de seleção é do narrador...e o que pode suceder depois depende do quanto ele conhece suas crianças, o momento que estão vivendo, os referenciais que necessitam e do quanto saiba aproveitar o texto (enquanto texto e enquanto pretexto).

Neste sentido, também Zilberman (2003) aponta como tarefa do professor a escolha entre uma obra ou outra, desde que atenda aos objetivos elencados no planejamento a fim de obter um resultado de qualidade não apenas contar a história pela história.

A seleção dos textos advém da aplicação de critérios de discriminação. O professor que se vale do livro para a veiculação de regras gramaticais ou normas de obediência e bom comportamento oscilará da obra escrita de acordo com um padrão culto, mas adulto, àquela criação que tem índole edificante (ZILBERMAN, 2003, p.26).

Então surge a possibilidade de um trabalho formativo, porém, cabe ao professor escolher bons livros e planejar sua ação, para inserir a narração de histórias na sala de aula. Segundo Ostetto (2000) o planejamento orienta o trabalho do professor, e permite que o mesmo escolha entre uma e outra obra de literatura, a que mais se adequar a questão do momento. Sendo assim a referida autora afirma que:

Como um processo reflexivo, no processo de elaboração do planejamento o educador vai aprendendo e exercitando sua capacidade de perceber as necessidades do grupo de crianças, localizando manifestações de problemas e indo em busca das causas. Vai aprendendo a caracterizar o problema para, aí sim, tomar decisões para superá-lo. O ato de planejar pressupõe o olhar atento à realidade (OSTETTO, 2000, p. 178).

Cabe ao professor trabalhar de forma que instrua, comova e agrade as crianças, pois, sua mediação pode despertar a emoção, alegria, fantasia articulando o mundo real com o imaginário. A postura do narrador, ao evidenciar o suspense, aguça a curiosidade e mantém o espectador a espera do que vai acontecer, com o propósito de atingir o objetivo planejado. Assim como afirma Abramovich (1997, p. 18):

Para contar uma história – seja qual for – é bom saber como se faz. Afinal, nela se descobrem palavras novas, se entra em contato com a música e com a sonoridade das frases, dos nomes... Se capta o ritmo, a cadência do conto. Fluindo como uma canção... Ou se brinca com a melodia dos versos, com o acerto das rimas, com o jogo das palavras... Contar histórias é uma arte...e tão linda!!! É ela que equilibra o que é ouvido com o que é sentido, e por isso não é nem remotamente declamação ou teatro...

O professor enquanto contador de histórias infantis, deve se organizar de forma intencional, proporcionar ao aluno um envolvimento com o enredo do texto, para que possa se identificar com as personagens das histórias. Saber escolher a apresentação da narração da história é fundamental para o sucesso do trabalho planejado.

Segundo Dohme (2010) as formas de se apresentar uma história são as mais variadas, pode ser uma simples narrativa, usando somente a voz, ou com o auxílio de recursos que proporciona ao professor aguçar a curiosidade e a imaginação dos ouvintes como: livros, gravuras, fantoches, marionetes, entre outros. As maneiras de apresentação devem ser alternadas e definidas de acordo com o público, o local e o objetivo que se pretende atingir.

Contudo, mais do que a escolha do recurso, o fundamental para que uma história seja bem contada, é que o professor estude o enredo e os detalhes da história, explorando as melhores maneiras de contá-la, para que não tenha dificuldade na frente dos espectadores e se consiga atingir o objetivo planejado e prender a atenção das crianças, assim como evidencia Abramovich (1997, p. 18):

Daí que QUANDO SE VAI LER UMA HISTÓRIA – seja qual for – para a criança, não se pode fazer isso de qualquer jeito, pegando o primeiro volume que se vê na estante...E aí, no decorrer da leitura, demonstrar que não está familiarizado com uma ou outra palavra ( ou com várias), empacar ou pronunciar o nome de um determinado personagem ou lugar, mostrar que não percebeu o jeito como o autor construiu suas frases e ir dando as pausas nos lugares errados, fragmentando um parágrafo porque perdeu o fôlego ou fazendo o ponto final quando aquela idéia continuava, deslizando, na página ao lado.

Outro fator relevante quanto à narração de histórias é a possibilidade de que o professor relacione a história com diversos assuntos, propiciando, além do desenvolvimento intelectual, cognitivo e afetivo, situações que favoreçam também a formação de valores e a identificação da criança no mundo que a cerca. Segundo Ostetto (2000), o educador deve estabelecer relação, construindo identidade junto com as crianças.

Não adianta ter um “planejamento bem planejado”, se o educador não constrói uma relação de respeito e afetividade com as crianças; se ele toma as atividades previstas como momentos didáticos, formais, burocráticos; se ele apenas age/atua mas não interage/partilha da aventura que é a construção do conhecimento para o ser humano (OSTETTO, 2000, p. 190).

Neste sentido, tem-se a possibilidade de trabalhar a questão da inclusão de crianças que apresentam deficiência em sala regular de ensino. Introduzir histórias com a intencionalidade de inculcar valores na vida das crianças, desenvolver sentimentos de amor e respeito ao próximo, proporcionando uma convivência harmônica entre os alunos. Assim ao selecionar a história a ser narrada, o professor deve ter clareza do fim que pretende atingir, assim como destaca Dohme (2010, p. 30):

Ter bem claro os objetivos educacionais que cada história atinge facilita o planejamento do educador, que dosará as diversas histórias ao longo do período que tem disponível, tendo em vista um desenvolvimento em todos os sentidos, de forma globalizada.

Ao tratar de transmissão de valores Abramovich (1997) verifica que características dos personagens dos livros infantis normalmente descrevem os personagens sempre com características imutáveis, ou seja, a bruxa sempre feia, a princesa sempre linda, branca, etc. Há que se cuidar devido ao perigo de se formar estereótipos, neste sentido a autora destaca:

Não se trata, aqui e agora, de analisar a qualidade dos desenhos de nossos livros infantis. Mesmo porque temos indiscutivelmente ilustradores de primeiríssima qualidade!! Muito menos de lutar por desenhos do tipo realista (aliás, em geral feios e duros enquanto traço) ou tirar a magia e o encantamento da página. Mas ficar atento aos estereótipos, estreitadores da visão das pessoas e de sua forma de agir e de ser... E ajudar a criança leitora a perceber isso. O resultado visual até pode ser bonito (e é, muitas e muitas vezes) mas onde vamos parar em termos dos preconceitos transmitidos? Afinal, preconceitos não se passam apenas através de palavras, mas também – e muito!! – através de imagens (ABRAMOVICH, 1997, p. 40).

Trabalhar com Literatura Infantil é uma possibilidade de realizar com as crianças uma reflexão no mundo do faz de conta que permite refletir sobre a realidade que as rodeia. Em um contexto de transformações essenciais no âmbito escolar, entendemos que a contação de história, especialmente na Educação Infantil, pode ser um agente ideal para a formação de

uma nova mentalidade. Pela mediação do professor a Literatura Infantil pode de forma sensível e prazerosa, provocar mudanças em sua conduta com relação a pessoas com deficiência, proporcionando um convívio de respeito e harmonia. Porém, esse trabalho não pode ser realizado de qualquer forma, o professor precisa saber despertar o desejo em ouvir uma boa história. Assim como destaca Maciel e Salomão (2008, p. 95):

O prazer em ouvir histórias infantis não está, também, naturalmente presente no aluno. Esse prazer é aprendido a partir de dadas condições. O aluno precisa ser iniciado por meio da escolha de uma boa e envolvente história; a história não pode ser contada de qualquer maneira, pois, mesmo sendo uma boa história, poderá perder as suas qualidades.

Neste sentido os professores de Educação Infantil, como profissionais responsáveis pelo início da formação da criança, podem trabalhar de forma que desperte nas crianças o interesse pelo novo, incentivando diariamente o exercício da imaginação por meio de momentos lúdicos desenvolvidos com uma boa história, contada de forma que encante.

Após os dados coletados sobre o trabalho com Literatura Infantil e a relevância da sua utilização no processo de formação da criança, apresentaremos na próxima seção desse trabalho a análise de uma obra da Literatura Infantil buscando a sua contribuição para a formação de valores, com o intuito de que as crianças sem deficiência desenvolvam uma sensibilidade humanizada e acolham os colegas que apresentam deficiência em seu meio, devido o processo de inclusão dessas em escolas regulares.

## 5 CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DE VALORES

Ao longo da primeira e segunda seção desse trabalho apresentamos o movimento da legislação em favor do processo de inclusão de crianças com deficiência nas classes de escolas de ensino regular e as diretrizes para a formação de professores da Educação Infantil. Em seguida buscamos apresentar brevemente o contexto do surgimento da Literatura infantil e sua relevância para a formação plena da criança. Para isso trouxemos a contribuição de diversos autores que apontam a Literatura Infantil como um instrumento pedagógico capaz de colaborar para o desenvolvimento da criança em diversos aspectos, entre eles destaca-se a formação de valores e a possibilidade de identificação da criança com o mundo que a cerca, desde que a escolha da obra tenha esse direcionamento.

Posteriormente, buscamos atender a proposta desse trabalho, que é analisar a possibilidade de intervenção pedagógica com Literatura Infantil, para contribuir no processo de inclusão de crianças com deficiência na escola de ensino regular. As orientações das Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (MEC, 2010) recomendam que as propostas pedagógicas para essa modalidade de ensino respeitem os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (MEC, 2010, p. 16).

Nesta perspectiva, a contação de histórias, pode ser um instrumento, que possibilita ao professor trabalhar a formação de valores nos alunos, e assim favorecer a inclusão e permanência de crianças com deficiência na Educação Infantil, criar oportunidades de convivência, como forma de diminuir o preconceito e respeitar os princípios propostos nas Diretrizes (MEC, 2010). Ainda com relação às práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular para Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (MEC, 2010, p.26) orientam que estas devem “garantir experiências que: Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;”

Nesta perspectiva, este capítulo especificamente foi dedicado a análise de uma obra de Literatura Infantil que atenda ao objetivo do trabalho. Para tanto, fizemos um levantamento de obras que tratam da diversidade e inclusão, especialmente na escola. A princípio foram selecionadas diversas obras, e entre elas optamos por trabalhar com, ‘Na minha escola todo mundo é igual’ de Rossana Ramos (2004) e ilustração de Priscila Sanson.

A escolha se deu por se tratar de um livro cuja história se passa em um espaço escolar e trata de variadas formas de deficiências e valores que devem ser ensinados para as crianças a fim de que convivam em harmonia com outras crianças, colaborando para a sensibilidade com a diferença, respondendo ao propósito do trabalho, de contribuir para o processo de inclusão de crianças com deficiência na escola de ensino regular.

### 5.1 Apresentação e análise do livro

Para a análise nesse texto utilizamos um exemplar do livro denominado “Na minha escola todo mundo é igual”, escrito por Rossana Ramos, com ilustração de Priscila Sanson, publicado em 2004 pela editora Cortez, de São Paulo, com 20 páginas. Assim como foi destacado em momento anterior, a escolha do livro se deu pelo fato de a história tratar das diversas formas de diversidade e se passar no âmbito escolar. Assim como sugere a apresentação da capa do livro exposta abaixo:

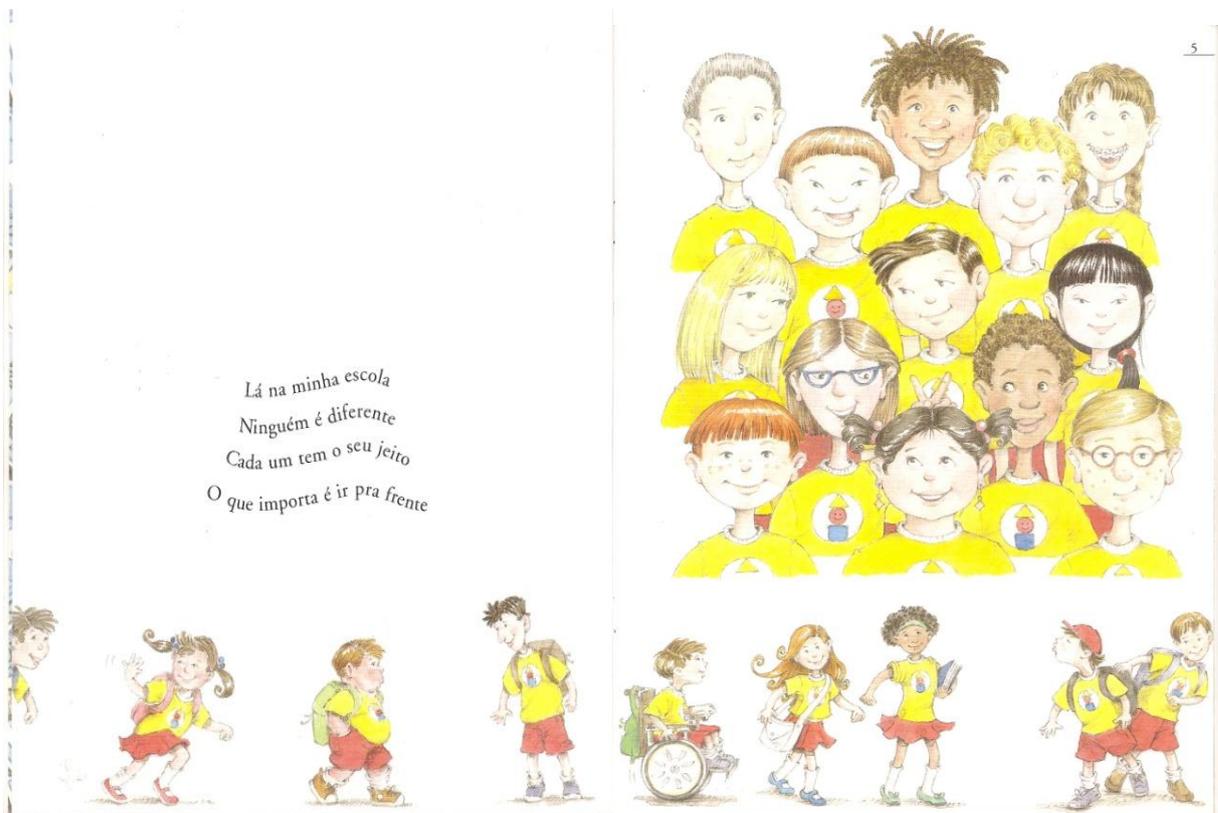


FONTE: Ramos (2004)

Na próxima página há o desenho de um lápis, borracha, apontador e um caderno aberto onde está escrito o título do livro e o nome da autora, ainda está ilustrada com os crachás, em que as figuras das crianças saem de dentro deles como se tivessem vida.

Todo o livro tem uma ilustração muito rica, apresentando as mais variadas formas de deficiências e diversas imagens de crianças com características diferentes que tornam cada criança única, compartilhando da mesma opinião de Aranha (2005) a qual afirma que cada criança tem a sua característica e necessidades específicas, as expressões das crianças transmitem alegria e seus gestos amizade. Desde a primeira frase do livro, a autora tem a preocupação de destacar que cada um tem o seu jeito, e todos tem seu valor, não importando a aparência, tal como registra a frase a seguir: “Lá na minha escola/ Ninguém é diferente/ Cada um tem o seu jeito /O que importa é ir pra frente” (RAMOS, 2004, p. 4).

Sendo o professor o mediador no processo ensino aprendizagem, como afirmam Lucas (2011); Gomes (2009); Oliveira (2011), por meio das imagens de crianças com características diversas aos alunos da Educação Infantil, ele tem a oportunidade de trabalhar o processo de inclusão, e o respeito à pessoa com aparência diferente, eliminando ou ao menos diminuindo o preconceito. Assim como o apresentado nas páginas a seguir:

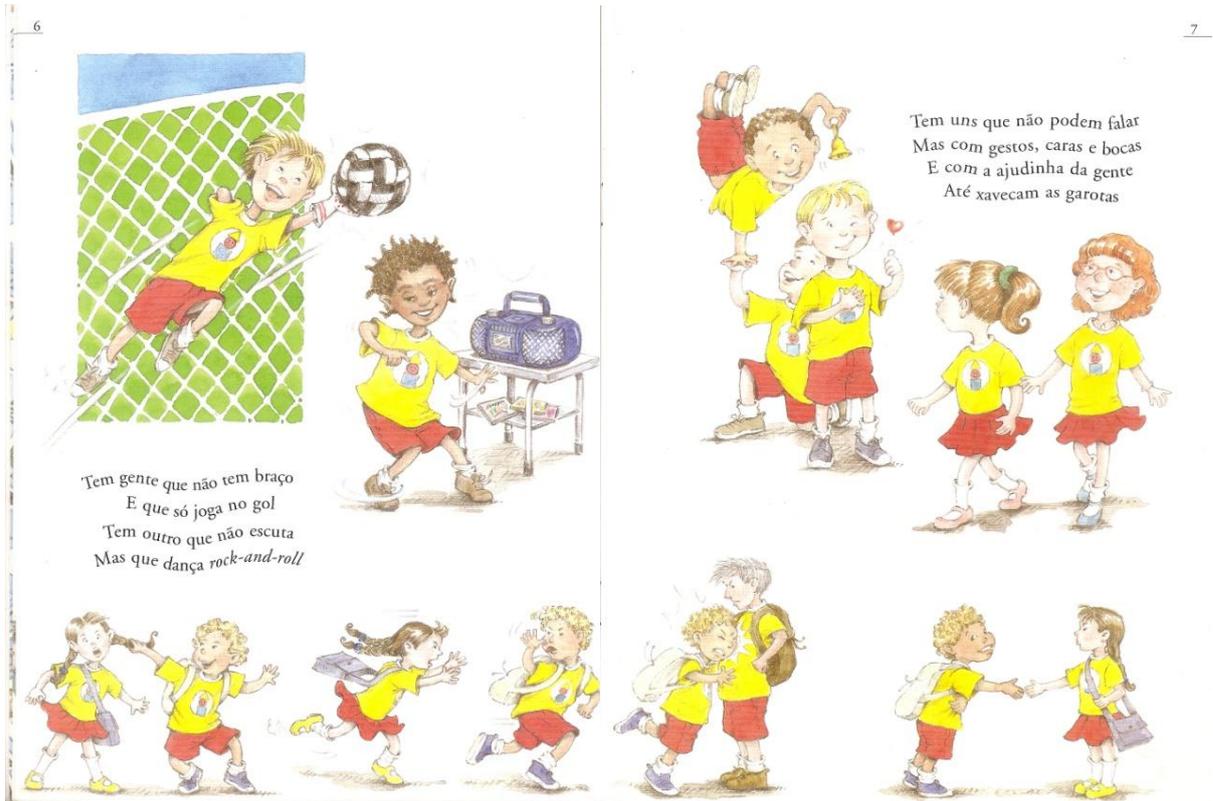


Fonte: Ramos (2004, p. 4-5).

Além de contar ou ler a história, no momento do trabalho com a literatura, o professor pode explorar as imagens do livro, dessa forma ele permite que os alunos adquiram novas experiências, assim como destaca Oliveira (2012, p.17) “Mesmo dominando o conteúdo da história, o professor poderá fazer uso do livro para mostrar as imagens, chamar a atenção para algum detalhe da história, ler uma frase, um parágrafo, levantar hipóteses sobre o que virá depois.” Neste aspecto, o livro analisado tem ilustrações que podem ser aproveitadas pelo professor, para mediar a ação das crianças sobre o objeto de conhecimento, como se pode observar na seguinte passagem: “Tem uns que não podem falar/ Mas com gestos, caras e bocas/ E com ajudinha da gente/ Até xavecam as garotas”, Ramos (2004, p. 7) neste caso o livro apresenta por meio do mundo do faz de conta, a própria realidade da criança, colaborando para o seu desenvolvimento assim como destaca Oliveira (2012, p. 14):

A Literatura Infantil é um dos suportes básicos para o desenvolvimento do processo criativo, pois ela oferece ao leitor uma bagagem de conhecimento e informações capazes de provocar uma ação criadora. No contato com as histórias lidas ou ouvidas, a criança vai adquirindo novas experiências.

As experiências proporcionadas pela convivência em espaço escolar segundo Miranda (2011) propiciam as relações entre as crianças, e desenvolvem o respeito e a auto estima das mesmas. No livro analisado a autora apresenta uma sequência de imagens e textos que abordam a diversidade, realidade implícita nas escolas, atendendo as exigências das Leis em vigência no país, discutidas em seção anterior desse trabalho, sobre a inclusão de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular. Tais imagens são apresentadas nas páginas inseridas a seguir:



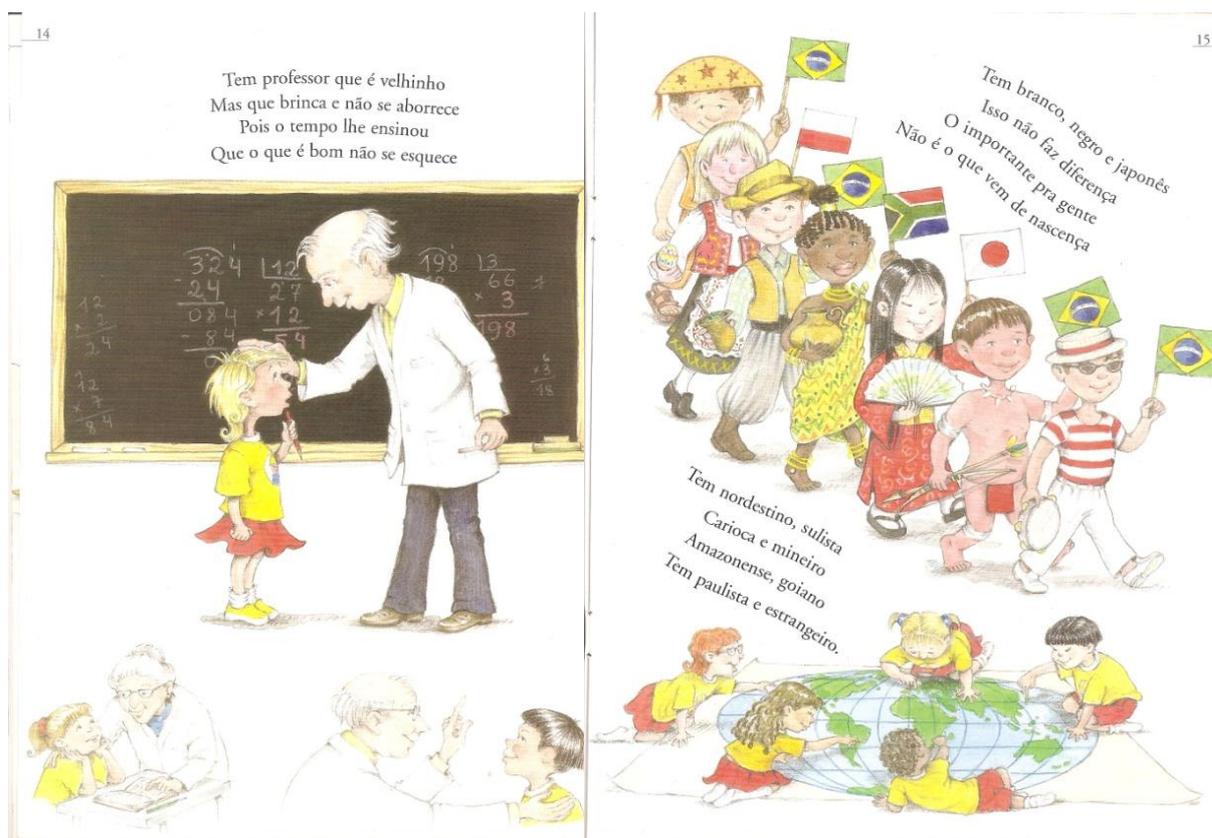
Fonte: Ramos (2004, p. 6-7).

No decorrer da história a autora vai apresentando as crianças e as suas características e descreve o que mais gostam de fazer; as imagens retratam as crianças interagindo umas com as outras na maior naturalidade, isto é exemplo de que a deficiência não é empecilho para amizades e brincadeiras, como ilustra as seguintes passagens: “Tem criança gorda, magra/ Alta, baixa, rica e pobre/ Mas todas são importantes/ Como prata, ouro e cobre”. “Tem gente que aprende depressa/ Tem gente que demora um pouco/ Mas isso não faz diferença/ Porque um ensina pro outro” (RAMOS, 2004, p. 12-13). Demonstra a amizade que existe entre elas, e a disposição com que se posicionam para ajudar o outro em suas dificuldades. Assim nota-se que o livro em análise, enaltece a amizade e valoriza a ajuda ao próximo, tem uma linguagem simples que facilita a compreensão, mesmo se tratando de intervenção com crianças pequenas. As imagens das páginas apresentadas a seguir, representam as considerações acima:



Fonte: Ramos (2004, p. 12-13).

Além de apresentar, em suas imagens, situações de interação entre as crianças nos momentos de brincadeiras e de estudos, outro aspecto abordado pela autora é a sensibilidade ao diferente, não apenas com relação à deficiência, mas também com relação ao respeito à pessoa idosa e às diferentes características físicas apresentadas, reflexo de uma diversidade étnica e regional, claramente exposto nos textos e imagens das páginas inseridas a seguir:



Fonte: Ramos (2004, p. 14-15).

Durante a análise do livro em questão, percebemos a importância do mesmo para o trabalho pedagógico, sendo possível usá-lo como recurso para mediar não somente o conhecimento científico, mas a formação da ética, do caráter e da cidadania das crianças. Pois, seu enredo transmite valores de amor ao próximo, amizade, cooperação, companheirismo, paciência, solicitude e respeito à diferença, em conformidade com os autores, utilizados para fundamentar esse trabalho, que afirmam que a Literatura Infantil tem elementos formativos. Valores que Dohme (2010) conceitua afirmando que são essenciais para a vida em harmonia, então:

Os valores são fundamentos universais que regem a conduta humana. São elementos essenciais para viver em constante evolução, baseada no autoconhecimento em direção a uma vida construtiva, satisfatória, em harmonia e cooperação com os demais (DOHME, 2010, p. 21).

Ao respeitar a presença de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular, respeita-se além da própria criança, os princípios da inclusão e o direito que ela tem de estar

inserida na escola regular, que é um direito de cidadão, além de evitar o preconceito. Segundo Oliveira (2011) ser cidadão implica ter conhecimento dos direitos e deveres próprios e dos outros. Nesta perspectiva a referida autora afirma que:

Educar para a cidadania envolve a formação de atitude de solidariedade para com os outros, particularmente com aqueles em dificuldade de superação de atitudes egoístas; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação. Inclui, para cada criança, poder se expressar e respeitar a expressão do outro em relação a sentimentos, ideias, costumes, preferências, ser aceita em suas características físicas e morais (OLIVEIRA, 2011, p. 53).

Neste sentido, entendemos que a literatura apresentada pode ser utilizada por educadores, com o objetivo de trabalhar com as crianças sem deficiência a sensibilidade ao diferente, promovendo uma convivência harmoniosa entre ambos, pois apresenta subsídios para esse trabalho. A criança com deficiência tem o direito de ser incluída na escola de ensino regular, neste sentido Oliveira (2011, p. 53) afirma que:

Para o conjunto de crianças de creches e pré-escolas, possibilidade de interagir e partilhar experiências com crianças com necessidades educativas especiais será oportunidade valiosa para ampliar a noção de amizade, a compreensão, a aceitação e a valorização das diferenças entre as pessoas.

A literatura tem papel fundamental na formação das crianças, segundo Dohme (2010, p. 23), “As histórias são úteis na transmissão de valores por que dão razão de ser aos comportamentos humanos”. Assim se confirma a hipótese de que a Literatura Infantil pode ser utilizada na formação da criança em todos os aspectos. O preparo do professor é fundamental para o sucesso da contação da história, um bom planejamento, sistematização e intencionalidade da ação pedagógica, são elementos imprescindíveis para se cumprir a tarefa de receber e instruir, o aluno com deficiência, da mesma forma que se transmite o conhecimento para os demais integrantes da turma, a qual esta criança estará incluída, respeitando suas limitações e especificidades, oportunizando a todos um ensino de qualidade.

Observa-se que a autora encerra o livro com uma mensagem afirmando que não existe perfeição e todos necessitam “é de carinho e atenção” (RAMOS, 2004, p.17). Ainda enfatiza

que se todos entendessem esse ensinamento não existiria preconceito. Neste sentido enfatiza-se a relevância da utilização desta obra em intervenções pedagógicas, no âmbito da Educação Infantil, para a formação de valores e o desenvolvimento da sensibilidade assim como de um caráter sociável e generoso nas crianças, colaborando para uma convivência harmônica entre elas.



Fonte: Ramos (2004, p. 16-17).

A literatura analisada trata de questões abstratas, difíceis de serem compreendidas pelas crianças quando isoladas de um contexto. Sendo assim, ao ler para elas, e organizar uma reflexão sobre os textos lidos, o professor pode direcionar o trabalho apresentando para a criança situações reais, de forma lúdica, e levá-lo a associação da realidade com a ficção apresentada na história.

Outro fator relevante, além da escolha da obra a ser trabalhada é a forma como o educador vai apresentar a história para crianças pequenas da Educação Infantil, proporcionando o entendimento dessas e contribuindo para sua formação. O professor conta com diversas estratégias para que seu trabalho seja efetivado e atinja o objetivo planejado, neste sentido Dohme (2010, p. 49) afirma que “A narração de uma história poderá ter diversas técnicas como suporte, cada qual constituindo-se em um novo desafio para os educadores no tocante a aperfeiçoar seu conhecimento de aplicação”.

Em outro momento Dohme (2010, p. 26) afirma que trabalhar com Literatura infantil requer planejamento, após a escolha da história “[...] é necessário estudá-la para ter elementos para preparar a narração, fazer adaptações, escolher se serão utilizados recursos auxiliares e, sendo este o caso, qual é a melhor técnica.” O professor contador de histórias tem que conhecer o conteúdo, a fim de saber se é adequado ou não ao seu público. Uma importante característica própria da criança de zero a cinco anos é não se prender a uma atividade por muito tempo, sua atenção é temporária, sendo assim o professor pode lançar mão de recursos fundamentais para despertar o interesse da criança pelo livro e o prazer de ouvir histórias. Neste sentido Dohme (2010) dá uma importante contribuição para o trabalho pedagógico, apresentando recursos que podem ser utilizados para contação de história que destacamos a seguir:

**Usar o próprio livro:** se a história for baseada em um livro com boas e fartas ilustrações, este poderá ser apresentado, apontando-se as figuras correspondentes ao momento da narrativa. O livro poderá ser utilizado com a ajuda de um recurso que o exponha melhor.

**Fantoches:** são muito apreciados pelas crianças e podem ser usadas por mais de um narrador. Outra vantagem é que se pode ter o roteiro escrito, o que facilitará a tarefa. Os fantoches também podem ser usados de forma interativa com as crianças, elas mesmo manuseando-os, ou mesmo fazendo os bonecos de cartolina com roupas de papel crepom.

**Teatro de sombras:** Uma luz projeta figuras em uma superfície opaca. A sombra de bichinhos feita com as mãos exerce grande fascínio sobre as crianças, e com figuras recortadas não é diferente. Elas são muito fáceis de fazer e a apresentação pode conter músicas e efeitos especiais (DOHME, 2010, p.49, grifos nossos).

Estes são apenas alguns, dos diversos recursos que o professor pode utilizar para efetivar a ação pedagógica. O planejamento permite que o contador de história aprimore seu conhecimento e escolha, entre os diversos recursos, o que mais se adequar a história que pretende contar e ao objetivo que pretende atingir. Assim como afirma Lucas (2011, p. 109) “[...] são muitas as possibilidades de enriquecer as práticas de narração de história tendo em vista que por meio delas, se planejadas e intencionais, estamos promovendo o processo de letramento das crianças.” Nesta perspectiva de desenvolver a melhor forma para a contação de história, Maciel e Salomão (2008) advertem que as professoras precisam ter conhecimento prático-teórico para utilizar recursos auxiliares como fantoches.

Afirmamos que as professoras da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental precisam ter conhecimento teórico-prático para escolher, confeccionar e utilizar fantoches na contação de histórias, visto que sem esse conhecimento não há possibilidades de dar suporte ao uso de técnicas, as quais devem estar articuladas com a história contada (MACIEL; SALOMÃO, 2008, p.94).

Porém, Oliveira (2012, p. 17) alerta que o professor deve gostar de Literatura Infantil, dessa forma conseguirá fazer com que as crianças também gostem. A referida autora afirma que, “O melhor instrumento e a técnica mais eficiente são o amor e a criatividade, unidos à preocupação com os objetivos do trabalho, com o nosso público e com a mensagem a ser transmitida.” A ênfase no trabalho com diferentes linguagens e recursos, especialmente com a contação de histórias, são possibilidades de realização de uma intervenção pedagógica encantante e de qualidade, entretanto, é essencial que o professor tenha comprometimento com as atividades realizadas a fim de alcançar o objetivo planejado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente estudo em que nos propomos a refletir sobre o tema da formação de valores em crianças pequenas no sentido da convivência com a diversidade, em especial a criança que apresenta deficiência, observamos a relevância dos movimentos sociais em favor da qualidade de atendimento à criança com deficiência, resultando em leis e programas, que garantam a inclusão e a formação contínua de professores, que atendem essas crianças em suas especificidades.

Com base nas leituras e análises das legislações, é notório que a mobilização de grupos sociais, que lutam contra a exclusão das minorias da sociedade, defendendo a igualdade de direitos, foi relevante para a geração de ações políticas em favor da inclusão. A base da inclusão escolar das pessoas com deficiência está explícita em dois documentos da UNESCO da década de 90: a Declaração de Jomtiem (1990) e a de Salamanca (1994), as quais difundem a proposta de Educação igual para todos. Especificamente a Declaração de Salamanca (1994) trata da educação de pessoas com deficiência. Esses documentos dão norte a elaboração de leis, a fim de organizar o processo de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular, neste sentido constata-se avanços nas políticas públicas.

Nessa perspectiva, destacamos as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001, p. 69) a qual em seu Art 2º determina que os sistemas de ensino devam matricular e organizar o “atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais” assim como também devem garantir “uma educação de qualidade para todos.” Neste mesmo aspecto, priorizando a qualidade de ensino, também a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2008), vem garantir o acesso de todos os alunos com deficiência na escola comum, com o objetivo de promover uma educação de qualidade e igualitária para todos.

Nesse processo, o papel do professor é imprescindível para conquistar os objetivos das novas políticas, e deve envolver ações consistentes de formação inicial e continuada, visando o atendimento de crianças com deficiência em suas características específicas, assim como determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores na Educação Básica (BRASIL, 2002).

Observamos que a busca de uma educação inclusiva é recente na história da sociedade, envolvendo ação política, cultural, social e pedagógica. Diante desse novo papel da escola, é imprescindível a elaboração de um planejamento que se proponha a assegurar a qualidade da educação para todos, tendo em vista as condições pedagógicas e a infraestrutura da escola.

Assim, entendemos que a escola comum deverá se adequar às mudanças e se preparar em todos os aspectos, físicos e pedagógicos, para atender devidamente cada aluno em suas especificidades.

A inclusão de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular é determinada pela LDBEN (BRASIL, 1996) que seja realizada desde a Educação Infantil. Em conformidade com essa Lei, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 2001) preconiza o atendimento às crianças com deficiência em todas as modalidades da educação básica. A Educação Infantil é uma modalidade de ensino que possibilita aos professores, de forma lúdica, fazer um trabalho pedagógico sistematizado, desenvolvendo práticas pedagógicas envolventes. Uma função específica da escola é dar oportunidade às crianças de conhecerem e estabelecerem uma relação prazerosa com o mundo das produções literárias.

Embora haja pesquisas sobre a temática da contribuição da Literatura Infantil, para o desenvolvimento e a formação de crianças, há pouca ênfase no trabalho com contação de histórias na fase da Educação Infantil, especialmente envolvendo a temática da formação de valores, com o objetivo de promover o processo de inclusão de crianças com deficiência, objetivo primordial desse estudo.

Assim sendo, entendemos que a criança com deficiência tem suas peculiaridades e a mediação do professor deve focar no que ela pode vir a ser e não na falta do que ela tem no momento. As práticas pedagógicas devem estar voltadas para o desenvolvimento da criança em todos os aspectos, a fim de ajudá-las a superar suas dificuldades. Neste sentido tomamos por base, para a elaboração desse trabalho, os estudos de Vygotski (1991), sendo que a teoria Histórico-Cultural, como é denominada essa corrente psicológica, estuda o desenvolvimento humano e as relações entre ensino e aprendizagem como processo de apropriação da cultura mediada pela ação do outro, portanto, relacionando-se com as questões pertencentes à temática desse estudo.

Segundo Vygotski (1991), a imaginação é importante para desenvolver a função cerebral do ser humano. Neste sentido, vale destacar que, por meio da contação de história, a imaginação pode eclodir e ajudar no desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, pois, fará com que a criança utilize suas habilidades intelectuais aumentando o seu campo de conhecimento e aprendizagem. Para que isso ocorra a criança necessita de mediação, que irá auxiliá-la a adquirir e ampliar essa habilidade, pela ação do professor apto a sistematizar e ordenar o processo de ensino. Neste sentido Góes (2002, p. 99) afirma que:

No campo da defectologia, Vygotsky argumenta que essas leis gerais do desenvolvimento são iguais para *todas* as crianças. Ele ressalta, entretanto, que há peculiaridades na organização sociopsicológica da criança com deficiência e que seu desenvolvimento requer caminhos alternativos e recursos especiais.

Dessa forma, por meio das fundamentações teóricas extraídas das pesquisas de autores e estudiosos do desenvolvimento da criança, entendemos que nos primeiros anos escolares o aprendizado se dá por meio da ludicidade, assim, percebemos a prática da contação de história como um momento lúdico para a criança, e que a leva a um momento prazeroso, encantante e de aprendizagem. Oferecer práticas de educação adequadas para uma “existência ou vivência cultural digna” (GÓES, 2002, p. 110), e dessa forma favorecer o processo de inclusão da criança que apresenta deficiência, na escola de ensino regular.

A prática da leitura é uma tarefa essencial para a construção do conhecimento, do sentimento e da opinião crítica do indivíduo. Portanto, é necessário oportunizar desde cedo à convivência com os livros, porque a leitura depende de estímulo e motivação. Descobrir que se lê para entender e conhecer, para sonhar, viajar na imaginação, por prazer ou curiosidade.

Tomando por base a Literatura Infantil, pode-se considerar esse recurso didático ou estratégia de ensino, como um valioso instrumento capaz de auxiliar os professores no trabalho pedagógico referente ao processo de inclusão de crianças com deficiência em escola de ensino regular. Com relação à Educação Infantil, mesmo que não saibam ler, o uso da literatura como recurso didático também é indispensável para desenvolver a oralidade, as expressões, a comunicação, a socialização e a atenção que são algumas das vantagens apresentadas pela literatura nessa fase da escolarização, além da formação de valores.

Dessa forma, o momento da contação de história permite ao professor trabalhar com a diversidade, fazendo desse um tempo diferenciado. Ao ler para as crianças, e organizar uma reflexão sobre os textos lidos, o professor pode direcionar o trabalho apresentando para a criança situações reais, de forma lúdica, e levá-lo a associação da realidade com a ficção apresentada na história. Por meio da mediação do professor e da utilização da Literatura Infantil adequada, as intervenções pedagógicas podem criar formas para sensibilizar a todos no processo de inclusão de crianças com deficiência no âmbito dessa modalidade de ensino.

Neste sentido, a realização e apresentação deste trabalho são relevantes, pois, traz reflexões sobre a contação de histórias na Educação Infantil. Este estudo também atende a uma inquietação pessoal, vinda de observações em estágios nos quais se verificou uma lacuna nas práticas pedagógicas, que possibilitem a descoberta do prazer nas crianças, em “viajar nas

asas da imaginação,” como ouvinte de histórias ou mais tarde como leitor. Portanto, ao se considerar função da escola, ensinar a ler e escrever deve-se proporcionar o máximo ao desenvolvimento das crianças, e quanto mais subsídios os educadores tiverem para orientá-los em suas intervenções, mais frutos colherão no processo ensino-aprendizagem.

Esperamos que o trabalho aqui apresentado possa contribuir para se refletir sobre a necessidade de se buscar artifícios para uma prática pedagógica consciente. Pressupomos que o estudo possa contribuir para a orientação de professores que desejam trabalhar de forma diferenciada na Educação Infantil, especialmente no sentido da formação de valores às crianças. De forma lúdica e prazerosa usar a Literatura Infantil como recurso para mediar não somente o conhecimento científico, mas a ética, o caráter, a cidadania, fortalecer os vínculos entre as crianças, ensinar o respeito e o amor ao outro, a sensibilidade às diferenças, que nem sempre é por uma deficiência, diminuir o preconceito e dessa forma promover a harmonia.

Neste sentido, fica evidente que o professor, como já foi explicitado em momento anterior nesse trabalho, especialmente da Educação Infantil início do processo de desenvolvimento escolar, deve ter formação continuada, pois sempre encontrará obstáculos e dificuldades para o entendimento das especificidades da criança, especialmente as com deficiência. O conhecimento reflete no seu trabalho e interfere no processo de aprendizado escolar das crianças.

Sendo assim, concluímos que os resultados desse estudo nos permitem compreender as políticas públicas da educação inclusiva, assim como intensificam o entendimento sobre a importância e as contribuições da Literatura Infantil para a formação integral da criança pequena. Também permitem a apreciação de uma história ‘Na minha escola todo mundo é igual’ que pode ser utilizada como recurso pedagógico na formação de valores das crianças. O conhecimento alcançado contribuiu para a minha formação enquanto profissional no sistema de educação, pois forneceu subsídios para identificar e ampliar mudanças necessárias para o sucesso da inclusão e permanência de crianças com deficiência em escolas de ensino regular.

A partir dos estudos, entendemos que o atendimento de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular favorece o desenvolvimento cognitivo e a convivência com pares da mesma idade, permitindo a socialização das crianças e o desenvolvimento afetivo e emocional. Essa constatação e reflexão durante a pesquisa sobre a contação de história permite o entendimento sobre a sua importância, a contribuição no aprendizado do aluno e a utilização como suporte para o trabalho do professor na questão de formação de valores.

Entretanto, o levantamento dos dados para a elaboração desse trabalho gerou alguns questionamentos, que poderão ser respondidos posteriormente mediante uma atuação efetiva

no campo educacional. Certamente, a discussão é ampla e ainda poderiam ser abordadas questões como: Qual a possibilidade de sucesso no processo de inclusão, tanto para crianças com deficiência como para aquelas sem deficiência, se iniciarmos a formação de valores e do cidadão desde cedo, ou seja, na Educação Infantil? Se a formação de valores, com ênfase no respeito ao diferente no âmbito escolar, proceder em qualquer modalidade de ensino, ou seja, em qualquer idade que a criança se encontre, pode alcançar o objetivo planejado?

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo. Editora Scipione, 1997, 172 p.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva : garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - necessidades educacionais especiais dos alunos**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 5. Brasília, 2005, 24 p. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf> >. Acesso em: 08 julho de 2013.

BRANDÃO, Elias Canuto; CECÍLIO, Maria Aparecida. Educação em Direitos Humanos: desafios à educação formal e não- formal. In: Elma Julia Gonçalves de Carvalho, Rosângela Célia Faustino (Orgs.) **Educação e diversidade cultural**. Maringá. Eduem, 2012, p. 111-138.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: Senado Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Disponível em: < <http://www.slideshare.net/gilvander2000/constituio-federal-1988-atualizada>

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> >. Acesso em: 10 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP nº 1. Brasília, 18 de Fevereiro de 2002. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf) >. Acesso em: 10 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: MEC, 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> >. Acesso em: 20 junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> >. Acesso em: 18 junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs.). Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, 2004. Disponível em: < <http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/cartilhaatual.pdf> >. Acesso em: 05 julho de 2013.

CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. São Paulo. Brasiliense, 1986, 80 p.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e Missão**. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. > Acesso em: 19 set. 2012.

CHAVES, Marta. Intervenções pedagógicas e promoção da aprendizagem da criança: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. In: FAUSTINO, Rosângela Célia; CHAVES, Marta; BARROCO, Sonia Maria Shima (Orgs.) **Intervenções pedagógicas na educação escolar indígena: contribuições da Teoria Histórico-Cultural**. Maringá: Eduem, 2008, p.75-89.

COELHO, Nelly Novaes. A literatura infantil: abertura para a formação de uma nova mentalidade. In: \_\_\_\_\_. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo. Moderna, 2000, p.14-45.

DOHME, Vania D' Angelo. **Técnicas de contar histórias: um guia para desenvolver as suas habilidades e obter sucesso na apresentação de uma história**. Petrópolis: Vozes, 2010, 224 p.

GIL, Antônio Carlos. Como delinear uma pesquisa bibliográfica? In: \_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 2002, p. 45-64.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Relações entre Desenvolvimento Humano, Deficiência e Educação: Contribuições da Abordagem Histórico-Cultural. In: OLIVEIRA, Maria Kohl de; REGO, Tereza Cristina; SOUSA, Denise Trento (Orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo. Moderna, 2002. p. 95-114.

GOMES, Marineide de Oliveira. Uma aproximação com as identidades profissionais de educadores. In: \_\_\_\_\_. **Formação de professores na educação infantil**. São Paulo. Cortez, 2009, p. 31-64.

\_\_\_\_\_. Formação contínua, estatuto da prática e estágio na formação de educadores. In: \_\_\_\_\_. **Formação de professores na educação infantil**. São Paulo. Cortez, 2009, p. 67-105.

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco et al. Narração de Histórias: um evento de letramento. In: CHAVES, Marta; SETOGUTI, Ruth Izumi; VOLSI, Maria Eunice França (Orgs.). **A função social da escola: das políticas públicas às práticas pedagógicas**. Maringá. EDUEM, 2011, p. 99- 120.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SALOMÃO, Miriam Cristina da Silva. Contação de histórias infantis: o que o fantoche tem a ver com isso, professora? In: RODRIGUES, Elaine; ROSIN, Sheila Maria (Orgs.). **Pesquisa em educação: a diversidade do campo**. Curitiba. Juruá Editora, 2008, p. 93-108.

MEC. **Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em cursos de nível superior**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>>. Acesso em: 20 maio de 2013.

\_\_\_\_\_. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Documento orientador. Brasília: Ministério de Educação, SEE, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>>. Acesso em: 02 julho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, SEE, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 08 julho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação, SEB, 2010. Disponível em: < <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf> >. Acesso em: 01 agosto de 2013.

MIRANDA, Maria de Jesus Cano. **Educação Infantil**: percepção de profissionais e familiares sobre inclusão, aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência, em Maringá/Br e em Guadalajara/Es. 478 p. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio Paulista Filho, 2011.

MONTEIRO, Mariangela da Silva. A Educação Especial na perspectiva de Vygostky. In: FREITAS, Maria Teresa Assunção (Orgs.). **Vygotsky um século depois**. Editora da UFJF, 1998.

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. **Dinâmicas em literatura infantil**. São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Pode-se falar em uma escola da infância? In: \_\_\_\_\_. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo. Cortez, 2011, p. 43-54.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: < [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm) >. Acesso em: 18 junho de 2013.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana (Orgs.) **Encontros e encantamentos na educação infantil**: partilhando experiências de estágios. Campinas: Papyrus, 2000, p. 175-200.

RAMOS, Rossana. **Na minha escola todo mundo é igual**. São Paulo. Cortez, 2004, 20 p.

REGO, Teresa Cristina. A cultura torna-se parte da natureza humana. In: \_\_\_\_\_. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes. 1995, p. 37-83.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: \_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 1991, p. 19-30.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> >. Acesso em: 20 junho de 2013.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo. Martins Fontes, 1991, 224 p.

Zilberman, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003, 235 p.

**ANEXO:** Resultado da pesquisa realizada na CAPS

**Palavra-chave: LITERATURA INFANTIL E INCLUSÃO**

**Daniela Corte Real. A Literatura Infanto-juvenil nas Águas da Inclusão Escolar: navegar é preciso. 01/03/2009**

1v. 191p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – EDUCAÇÃO

Orientador(es): CLAUDIO ROBERTO BAPTISTA

Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Educação

Disponível em: <

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17612/000721299.pdf?sequence=1>

Acesso em: 15 de Nov. 2012

**Magme Cibele Medeiros da Costa Londero. As estórias infantis como contexto de estudo da exclusão/inclusão com crianças. 01/12/2008**

1v. 105p. Mestrado. UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - EDUCAÇÃO

Orientador(es): Rute Vivian Angelo Baquero

Biblioteca Depositária: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Disponível em: <

<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/LonderoMagmeCMdaCostaEducacao.pdf>>

Acesso em: 15 de Nov 2012.

**PALAVRA-CHAVE: ESCOLA INCLUSIVA E EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Renata Suzi Escudeiro Hastenreiter Rodrigues. Análise dos aspectos da relação social entre crianças: contribuições para a inclusão na Educação Infantil. 01/11/2011**

1v. 190p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - EDUCAÇÃO

Orientador(es): Sonia Lopes Victor

Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFES

Disponível em:<

[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_6029\\_RENATA%20SUZI%20ESCUDEIRO%20HASTENREITER%20RODRIGUES.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6029_RENATA%20SUZI%20ESCUDEIRO%20HASTENREITER%20RODRIGUES.pdf) >

Acesso em: 15 de Nov. 2012